

CULTURA COMO MATRIZ FORMATIVA NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CULTURE AS A FORMATIVE MATRIX IN THE DEGREE IN EDUCATION OF THE FIELD OF THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA

Adriana Gomes da Silva¹
Monica Castagna Molina²

RESUMO

Este artigo busca compreender a Cultura como matriz formativa na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (LEdoC/UnB) enfatizando-se as potencialidades do trabalho com o Teatro Político e o Vídeo Popular e suas contribuições para a práxis formativa de educadores do campo na elevação de seus níveis de consciência política. Aspectos como a complexidade dos conceitos de Cultura produzidos historicamente, o legado do Movimento de Cultura Popular, do Centro de Cultura Popular e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por meio da Educação e da Cultura são ressaltados como fundamentais neste trabalho para se compreender as bases históricas e epistemológicas que orientam a Licenciatura em Educação do Campo, especialmente na área de Linguagens, no trabalho estético do componente de Artes. Após a análise da LEdoC, compreendemos que as experiências estéticas e a práxis formativa com as linguagens artísticas desenvolvidas nessa licenciatura contribuem para a auto-organização e atuação dos educandos, tanto nas escolas como nas comunidades. A sistematização e a análise dessas experiências colaboram para os processos de formação, ensino e aprendizagem voltados às escolas do campo e às comunidades envolvidas com a perspectiva de uma educação omnilateral na busca da hegemonia da classe trabalhadora e da transformação social.

Palavras-chave: Cultura política. Educação do Campo. Linguagens teatral e audiovisual. Consciência política.

ABSTRACT

This article seeks to understand Culture as a formative matrix in the Graduation in Field Education of the University of Brasilia, emphasizing the

1 Mestre em Educação, pelo Programa de Pós graduação em Educação da UnB. E-mail: dricacaliandra@gmail.com

2 Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela UnB e Pós-Doutorado em Educação pela UniCamp Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Educação. mcastagnamolina@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-9901-9526>

potential of working with the Political Theater and the Popular Video and their contributions to the training praxis of field educators in raising their levels of political consciousness. Aspects such as the complexity of Culture's concepts historically produced, the legacy of the Popular Culture Movement, the People's Culture Center and the work of the Landless Rural Workers Movement through Education and Culture are emphasized as fundamental in this assignment in order to understand the historical and epistemological bases that guide the Graduation in Field Education, especially in the area of Languages with the aesthetic work of the Arts component. After the course's analysis of, we comprehended that the aesthetic experiences and the formative praxis with the artistic languages developed in this graduation contribute to the students' self-organization and performance, both at schools and in communities. The systematization and analysis of these experiences collaborate on the training, teaching and learning processes aimed at rural schools and the communities involved with the perspective of an omni lateral education in the pursuit of the hegemony of the working class and social transformation.

Keywords: Political Culture. Field Education. Theatrical and audiovisual languages. Political Consciousness.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendemos contribuir com o debate sobre a importância da Cultura como matriz formativa na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (LEdoC/UnB), com base na Cultura Política de socialização do conhecimento e dos meios de produção teatral e audiovisual.

Destacamos, inicialmente, que a Educação do Campo, assim como as LEdoCs, são fenômenos da realidade atual brasileira e trazem, no debate de sua consolidação, uma tríade estruturante: campo, política pública e educação (CALDART, 2012). As LEdoCs são uma conquista protagonizada pelos trabalhadores do campo e seus movimentos sociais e "tem como objetivo formar e habilitar profissionais para a atuação nos anos finais do ensino fundamental e médio, tendo como objeto de estudo e práticas as escolas de educação básica do campo" e suas comunidades (MOLINA; SÁ, 2012, p. 466).

Essas Licenciaturas objetivam promover a formação de educadores/as por áreas de conhecimento, habilitando-os/as para a docência multidisciplinar nas escolas do campo, organizando os componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento:

Artes, Literatura e Linguagens; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias.

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo objetivam preparar educadores/as para, além da docência, atuarem na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários. Ao se pretender que as escolas do campo estejam aptas a contribuir para a formação de jovens capazes de compreender a complexidade do que ocorre no campo brasileiro na atualidade, é necessário formar educadores/as que atuarão nessas escolas e que sejam capazes de compreender criticamente esses processos e sobre eles intervir. É nesse sentido que se articulam intrinsecamente as três ênfases no perfil de educadores/as que se quer formar: atuação por áreas de conhecimento; na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários (MOLINA, 2017).

O processo formativo e a organização curricular da LEdoC está organizada a partir da metodologia da alternância, com tempos educativos na universidade e nas comunidades dos educandos. Molina e Sá afirmam que

[...] deve-se partir da compreensão da necessária vinculação da Educação do Campo com o mundo da vida dos sujeitos envolvidos nos processos formativos. O processo de produção social destes sujeitos e de suas famílias – ou seja, suas condições de vida, trabalho e cultura não podem ser subsumidos numa visão de educação que se reduza a escolarização. A Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividos pelos sujeitos do campo, em suas lutas cotidianas para manterem esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo (MOLINA; SÁ, 2012, p. 467).

É com base na relação entre a Educação do Campo e a vida dos sujeitos do campo que este trabalho busca refletir sobre os elementos construídos com os educadores em formação da turma Ganga Zumba da LEdoC/UnB, bem como sobre as estratégias e os processos formativos por eles vivenciados na habilitação em Linguagens do referido curso, tendo em vista seus impactos contra-hegemônicos a partir de experiências pedagógicas e estéticas.

Em virtude do espaço disponível para este trabalho, será descrito brevemente o processo histórico e acumulativo de organizações político culturais que contribuíram para potencializar e concretizar a cultura como matriz formativa na LEdoC/UnB. Assim, deteremo-nos à apresentação de quatro tópicos essenciais para essa compreensão, os quais merecem reflexões:

- 1) Cultura Política e a construção da contra-hegemonia;
- 2) Experiências da Cultura Política no Brasil;
- 3) MST como ferramenta da Cultura Política brasileira na atualidade;
- 4) Experiências pedagógicas e estéticas na construção da Cultura Política como matriz formativa na LEdoC da UnB.

O encaminhamento metodológico tem como orientação a pesquisa participante, que, segundo Borda (1981), é a pesquisa da ação que responde às necessidades das populações - operários, camponeses, agricultores e indígenas - considerando "suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo, ou seja, autoconfiante a partir das bases e uma relativa independência do exterior" (BORDA, 1981, p. 42).

É nesse sentido que buscamos refletir sobre o acúmulo das experiências dos movimentos socioculturais do Brasil e sobre suas contribuições na construção de uma Cultura Política contra-hegemônica na luta por uma Educação do Campo. E é por meio dessas reflexões que afirmamos o debate da Cultura como matriz formativa na LEdoC da UnB. A historicidade e os acúmulos na área de habilitação em Linguagens, com a reestruturação do Projeto Político Pedagógico do curso, em 2018, e, também, as contribuições do Programa Terra em Cena, por meio do trabalho com o Teatro e o Audiovisual, pautam e possibilitam a percepção da Cultura como matriz formativa na LEdoC e a práxis formativa com o teatro e o audiovisual. É necessário verificar em que medida essa contribuição possibilita a elevação dos níveis de consciência dos sujeitos envolvidos.

CULTURA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA CONTRA-HEGEMONIA

Neste primeiro momento, discutimos alguns elementos historicamente construídos que subsidiam a compreensão conceitual

de Cultura e referenciamos experiências anteriores na perspectiva da Cultura Política, idealizada pela classe trabalhadora no Brasil, a partir da década de 1960. Como desdobramentos históricos deste processo chegaremos à implementação de políticas públicas forjadas na luta pela terra e pela Educação do Campo, o que perpassa a construção e a afirmação de uma Cultura Política emancipatória como uma das matrizes formativas de educadores da LEdoC/UnB.

Para tanto, ao longo deste estudo, foi necessário verificar o que compreendemos como Cultura e a complexidade de ideias e multiplicidade de significados que esse conceito ganhou ao longo do tempo. Nosso objetivo não é fragmentar a compreensão da cultura, senão buscar uma totalidade para a compreensão dela com base na materialidade da vida, considerando as determinações do desenvolvimento das forças produtivas e as suas diversas características e contraditórias relações sociais, políticas e econômicas (VILLAS BÔAS, 2018).

Para Williams (1969, p. 16), há um sentido amplo e subjetivo na concepção de Cultura, que corresponde ao desenvolvimento de “todo um modo de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual”, ou, ainda, de forma mais específica, a Cultura é entendida como o “corpo geral das artes”, manifestado pelo trabalho humano no desenvolvimento de habilidades diversas por meio das linguagens como literatura, música, pintura, teatro, cinema, e depois nos meios de comunicação de massas.

A evolução da ideia de Cultura acompanhou as grandes transformações da sociedade, ocorridas com a industrialização e com o crescimento do capitalismo na Europa ocidental, que alterou o modo de vida social, econômico e político. Portanto, a cultura tornou-se uma resposta radical e complexa aos novos problemas de classe social no âmbito dos desenvolvimentos políticos e sociais (WILLIAMS, 1969, p. 20).

Os paradigmas postos sobre a ideia de cultura ampliam-se na segunda metade do século XX pelos europeus fundadores da antropologia social, tendo como referência o marxismo, ao centralizar o homem como sujeito histórico em movimento capaz de transformar a realidade dada em seu tempo.

Nessa perspectiva da descoberta possível dos agentes históricos, entendidos aqui como “criação e recriação que emergem daquelas relações em que os humanos, ao transformarem o mundo,

simultaneamente transformam a si próprios” (TARDIN, 2012, p. 178), é necessário uma leitura da concepção materialista da história da cultura. Considerando a cultura como modo de vida do ser social, Marx (2012) ensina que

[n]a produção social da sua vida, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de vida de produção de vida material condiciona o processo social, política e espiritual em geral. *Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência* (p. 97, grifo nosso).

Com as transformações do modo econômico de produção de uma sociedade, transforma-se, conseqüentemente, a superestrutura nela estabelecida. A complexidade da superestrutura está relacionada à consciência humana em sua diversidade e sempre será histórica. Logo, a superestrutura é dinâmica, em qualquer período, desde as continuidades com o passado e as condutas do presente (WILLIAMS, 1969).

Nesse sentido, segundo Marx (2012), há que se diferir sempre as transformações materiais de condições econômicas, formas jurídicas, políticas, espirituais, artísticas ou filosóficas, ou seja, das formas ideológicas das quais o ser social adquire consciência do conflito dialético entre base e superestrutura. A tomada de consciência se dá por meio das contradições da vida social (totalidade), pelo conflito existente entre forças produtivas sociais e as relações de produção. Portanto, Marx (2012) pondera que

[n]enhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que cabem no seu interior e nunca surgem novas e mais elevadas relações de produção antes que as suas condições materiais de existência tenham amadurecido no seio da própria sociedade antiga. Por isso, a humanidade

sempre se propõe unicamente os objetivos que pode alcançar, uma vez que, numa consideração mais atenta, observar-se-á que tais objetivos só surgem quando já existem ou, pelo menos, quando já se estão gestando as condições materiais para sua realização (p. 98).

Para evidenciar essa complexidade, Simionatto (1997) ressalta que, na visão gramsciana, o social e o político não podem ser tratados desvinculadamente do fator econômico, ou seja, trata-se de uma relação orgânica entre estrutura e superestrutura. Portanto, a política é uma esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana, logo, a autora considera não apenas as questões políticas, econômicas ou culturais para explicar a realidade social, mas parte das especificidades e determinações contidas no princípio da totalidade. Para Gramsci, compreender a realidade presente exige o “estudo dos fenômenos superestruturais, da esfera política e da cultura e suas expressões no âmbito da ordem capitalista” (SIMIONATTO, 1997, p. 39).

É no contexto da nova sociedade capitalista e nos conflitos da luta de classes no processo histórico e dialético provocados por ela que Gramsci irá conceituar o Estado Ampliado. O autor entende o Estado para além do senso comum, de forma dialética, como resultado das diversas formas de organização e conflitos intrínsecos à vida social, ou seja, trata-se do vínculo entre a sociedade política e a sociedade civil em permanente correlação de poder econômico e social (MENDONÇA, 2012).

A função do Estado Ampliado residiria, segundo as ideias de Gramsci, na relação permanente entre a sociedade política e a sociedade civil, as quais formam os seus intelectuais para que dominem hegemonicamente o âmbito produtivo-econômico, político, social e cultural. No volume 2 do 12º Cadernos do Cárcere (1891-1937), Gramsci chama atenção para a forma como se dá a relação entre os intelectuais e o mundo da produção.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das *superestruturas*, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade”

dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “*sociedade civil*” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “*sociedade política ou Estado*”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “*hegemonia*” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) *do consenso* “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) *do aparelho de coerção* estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 20, grifo nosso).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que, para o pensador italiano, o Estado Ampliado, além de expressar a dominação de uma classe sobre a outra por meio do uso da força ou coerção do poder estatal e com todo o aparato político-militar, apresenta-se, também, pelo consentimento, através dos organismos privados da sociedade civil, dos aparelhos da hegemonia: assim, os *dominados* são levados, por persuasão, a contribuir com a hegemonia *dominante* na difusão de sua ideologia.

Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos

quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder (SCHLESENER, 2007, p. 28)

Gramsci, com base nas reflexões sobre a importância da hegemonia e da contra-hegemonia para a transformação da sociedade, lançou luzes sobre um dos mais controversos debates do pensamento marxista, atribuindo “um novo significado a aspectos fundamentais da estrutura e da dinâmica do ser social na contemporaneidade, como a relação entre estrutura e a superestrutura, a formação de classes sociais e da consciência social e os processos contemporâneos” (MARTINS; NEVES, 2013, p. 342).

Em sintonia com o pensamento gramsciano, Williams (2011) também apresenta relevantes argumentos críticos à concepção determinista da relação estrutura e superestrutura. Conforme destacam Martins e Neves (2013, p. 346),

[...] ao se distanciar do uso estancado da metáfora estrutura e superestrutura, busca compreender as especificidades da materialidade que constituem as questões culturais. Ele mostra que em todas as sociedades e períodos históricos existem práticas, significados e valores que são instituídos e vividos, por isso é preciso compreender o processo social real de onde a cultura emerge. No processo de hegemonia, uma determinada classe social entrelaça valores, práticas e significados que são incorporados na cultura e na ordem social efetiva. A hegemonia é um processo dinâmico, porque uma sociedade é todo um complexo de práticas e também uma organização e estrutura específica, porém os princípios dessa organização e estrutura expressam intenções sociais regidas por determinada classe.

No processo de construção da hegemonia na luta de classe, Gramsci (2001) reflete sobre o papel do intelectual orgânico de cada grupo social. Ele contrapõe a hegemonia burguesa e a relaciona entre dominados e dominantes, em que os intelectuais orgânicos da classe

trabalhadora têm a função diretiva, organizativa e educativa, isto é, atuam no campo das ideias e da prática social, com sua tomada de consciência política, para incidir na construção da contra-hegemonia, formando um bloco histórico com intuito de organizar uma Cultura Política junto ao proletariado e aos camponeses. Isso significa a busca da hegemonia da classe trabalhadora, por meio da formação de consensos.

Diante disso, passamos para as experiências organizativas no Brasil, por meio de processos de construção de uma Cultura Política vinculada aos movimentos sociais na busca pela conquista da direção política e cultural que tenha como fim uma radical transformação da sociedade e das suas formas de produção e reprodução da vida.

EXPERIÊNCIAS DA CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

A Cultura Política pode ser lida como um campo social em disputa para as forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Dito isso, a nossa referência de uma Cultura Política parte da tradição da teoria marxista da cultura, com base nos princípios das condições materiais e da organização social em qualquer período histórico, numa “perspectiva mais ampla, como parte da práxis de formação cultural da classe trabalhadora, da elaboração de seus sistemas de significados e valores” (COSTA; ESTEVAM; VILLAS BÔAS, 2015, p. 9).

Por consequência, a Cultura Política possibilita transformações em sua concepção ou na dimensão do processo social no desenvolvimento histórico de uma sociedade para que se mova “todo um modo de vida que não é apenas maneira de encarar a totalidade, mas ainda de interpretar toda a experiência comum e, à luz dessa interpretação, mudá-la” (WILLIAMS, 1969, p. 20).

Sendo assim, partimos das possibilidades provenientes da Cultura Política contra-hegemônica no Brasil: experiências do início dos anos 1960 com o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o trabalho das Ligas Camponesas no nordeste, que articulavam as diversas dimensões da cultura, da educação e da formação política de quadros militantes entre os segmentos camponês, estudantil, operário, artístico e intelectual.

No contexto em questão, o Brasil passava por transformações econômicas e políticas e tinha o desafio de superar seu atraso e

subdesenvolvimento, proporcionando um cenário de elaboração de diferentes propostas e ações, nas áreas econômica, política e sociocultural.

A experiência do MCP foi uma articulação conformada com o poder estatal, tendo como representante Miguel Arraes, político de esquerda que se tornou prefeito de Recife, apoiado pelas forças que constituíram a denominada Frente do Recife, as quais “apresentaram candidatos e procuraram obter o apoio dos diferentes setores econômicos e políticos do estado a partir de plataformas e programas de ação” (WEBER, 1984), efetivados nos cursos e projetos propostos pelo MCP.

Cria-se o Movimento de Cultura Popular, oficialmente, em 19 setembro de 1961. Germano de Vasconcelhos Coêlho registrou o estatuto do Movimento, que foi redigido por Abelardo da Hora e aclamado em assembleia, com sede em Arraial do Bom Jesus, na cidade de Recife, e constituído por seus idealizadores, por estudantes, educadores, artistas e intelectuais militantes, colaboradores e por integrantes da comunidade. Tal Movimento tinha como finalidade educativa e cultural os seguintes objetivos:

- 1 - Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
2. Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo;
3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho;
4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada;
5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir aspectos da cultura popular (ESTATUTO MCP, 1961, p. 1).

Com uma ampla dimensão organizativa, o MCP, por meio de diversas linguagens artísticas e métodos de formação, em apenas três anos de atuação, desenvolveu uma imensa expansão na articulação entre educação, cultura, formação política e organização social integrada e ativa, possibilitando a socialização dos meios de produção simbólicos. Segundo Villas Bôas (2018), o trabalho dava-se numa

atuação complexa de meios formais e informais espalhados pelos territórios de abrangência do Movimento, tendo como perspectiva o foco no combate aos mecanismos sociais e culturais de subserviência e alienação.

Outra experiência do legado da construção de uma cultura política no Brasil é a experiência do CPC da UNE, exemplo de ações coletivas com objetivo de intervir na situação política e social brasileira na década de 1960. O CPC da UNE foi inaugurado em 1961 por meio da influência organizativa e abrangência do MCP em Pernambuco, após uma discussão do grupo que compunha o Teatro Arena e estava em temporada com as peças "Eles não usam Black-tie" e "Chapetuba F.C.," no Rio de Janeiro. Alguns integrantes estavam insatisfeitos com o tipo de público que as peças alcançavam, tal como nota-se no depoimento de Carlos Estevam Martins:

Segundo eles, o Arena não passava de um teatro de classe média, convencional, fazendo o que o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) também fazia, e o importante naquele momento era conseguir uma comunicação direta com as massas populares, através de um teatro feito diretamente para o povo (MARTINS, 1980, p. 77).

Conforme Villas Bôas (2017), o desafio estava posto em relação ao MCP, financiado pelo Estado, uma vez que o CPC era uma iniciativa de profissionais liberais buscando apoio junto à UNE, que concedeu ao movimento uma sala e certo apoio financeiro, o que não limitou resguardar a autonomia de seu trabalho de organização popular por meio das artes, se institucionalizando como uma empresa prestadora de serviços, a PRODAC, que serviu para a distribuição de livros, discos e filmes.

Villas Bôas (2017) afirma, ainda, que com essa organização e com a parceria da UNE o CPC difundiu-se em caráter nacional enquanto organização estudantil para ampliar sua proposta para outros estados. Dessa maneira, nacionalizou uma proposta de organização cultural que atuava com o teatro de agitação e propaganda, bem como filmes e outras atividades para proporcionar ao público popular informações sobre sua má condição social, provida de uma estrutura social dominante da burguesia, elevando,

assim, os níveis de consciência do povo. Na interpretação de Berlinck (1984, p. 33), tratava-se de uma tarefa de conscientização, portanto, “deve-se ir além da descrição e da análise da realidade, a fim de levar ao público a atuação: a situação não mudará se ele não agir para transformá-la e só ele pode ser o motor dessa transformação”.

O objetivo de apresentar, brevemente, tanto a experiência do MCP, como do CPC da UNE neste artigo é recuperar a importância da formação política e da organização social por meio da educação, da cultura e da agitação e propaganda, pois esses movimentos faziam parte de lutas mais amplas, ainda que bruscamente interrompidos pela ditadura militar-civil-empresarial em 1964, a qual afetou diversos segmentos da classe trabalhadora organizada, durante 21 anos. (SILVA, 2019, p. 39)

Todo esse movimento político-cultural no Brasil teve, como antecedentes teóricos e práticos, experiências de organizações como a Proletkult (cultura proletária), que, durante a Revolução de Outubro na Rússia (1917), articulava as áreas da educação e da cultura junto aos soviets como tarefa revolucionária do proletariado na frente cultural e a atuação na “esfera da agitação e propaganda como a realização da autoeducação proletária dos trabalhadores” (COSTA, 2015, p. 26).

O legado de resistência desses movimentos artísticos e políticos permanece e inspira até hoje outras organizações no Brasil. Destaca-se, entre estas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que conta com experiência e acúmulo histórico na luta pela terra, formação política e organização social em busca da construção do poder popular, cujos principais elementos de constituição e história serão apresentados a seguir.

O MST COMO FERRAMENTA DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Com o fim da ditadura militar e a “redemocratização” política do País, na década de 1980, novas organizações populares insurgiram, a exemplo do MST, em 1984, quando se retoma a luta e as reivindicações pela Reforma Agrária, com a alegria e a luta social de um povo que tece em duros caminhos a transformação social (SILVA, 2019, p. 40).

Segundo Caldart (1987), desde o princípio do MST as expressões artísticas estiveram em todos os processos e articulações dos trabalhadores sem terra, como nas manifestações em espaços públicos - sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por exemplo -, ou nas próprias ocupações de terras improdutivas, demarcando um espaço reservado para reivindicações em forma de poesia, música e palavras de ordem.

A cultura e a arte no MST desenvolvem papéis fundamentais no âmbito da formação e da organização social ao articular cultura, política e economia na luta contra-hegemônica para o conjunto da classe trabalhadora. Sendo assim, a cultura ganha uma dimensão organizativa e em 1998 inicia-se a construção de linhas políticas do setor de cultura dentro do Movimento.

A partir da organização do Coletivo de Cultura do MST, especificamente após a realização do Seminário "Arte e Cultura na Formação", em 2005, foi possível aprofundar questões complexas e estruturantes no âmbito cultural brasileiro. Sobre esse período, Villas Bôas (2018, p. 69) destaca os seguintes eixos de debate: "a constituição das ideias culturais e políticas no Brasil; Indústria Cultural; relação conteúdo e forma; o militante artista e o papel da arte na luta; além da construção coletiva das linhas Políticas do Coletivo Nacional de Cultura do MST".

Após esse processo de formação e debate com militantes e artistas sem terra, foi possível uma compreensão da realidade política e cultural do país para desenvolver experiências coletivas, o que proporcionou organizar os militantes artistas e artistas militantes em brigadas e frentes por linguagens artísticas (Teatro, Música, Artes Plásticas, Poesia, Audiovisual). O objetivo disso era o de possibilitar uma reelaboração da história e da política a partir da arte, da cultura e da educação e, assim, intervir na sensibilização e na elevação da consciência do povo, na formação política e na luta social, em uma sociedade dividida em classe e em disputa constante de ideologias (SILVA, 2019, p. 42).

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E ESTÉTICAS NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA POLÍTICA COMO MATRIZ FORMATIVA NA LEDOC DA UNB

A Educação do Campo se dá no contexto das lutas sociais e políticas do campo no Brasil, que envolve a luta pela Reforma Agrária,

os modelos de produção do agronegócio e da agricultura camponesa. De certo, esses conflitos oriundos do modo de produção agrário no país são parte da história da formação econômica e social e da luta de classes do Brasil.

No cenário da redemocratização do país, o debate sobre a Reforma Agrária se coloca em pauta e os movimentos sociais, em particular o MST, abrem espaço para dialogar com a universidade no intuito de formular e construir políticas públicas na luta por direitos sociais.

É nesse contexto da questão agrária do Brasil, que Molina (2012) defende que a Educação do Campo se destaca pela garantia de direito à educação aos trabalhadores rurais nas áreas de Reforma Agrária por meio da conquista de políticas públicas voltadas às especificidades destes sujeitos.

Vale ressaltar que no ano de 1996, no mês de abril, o MST passava por um conflito agrário intenso no Estado do Pará: a paralização e o bloqueio da estrada PA-15 na curva do "S" em manifestação pela conquista de uma área de assentamento. O resultado foi a morte de 19 sem terra e outros 56 feridos e mutilados. Esse episódio terrível ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Em meio a tanta violência e com o alargamento da luta coletiva em prol da garantia do direito à educação, o Movimento Sem Terra ganha visibilidade e as articulações entre ele e as universidades, ampliam-se e possibilitam a conquista e implementação da primeira política pública de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Com a conquista dessa política, os cursos de Pedagogia da Terra foram realizados por mais de 10 anos e os avanços nas lutas pela garantia do direito à educação aos camponeses em todos os níveis possibilitam que esses sujeitos coletivos organizados avancem em relação ao acúmulo de traços específicos de um determinado perfil de formação docente (ARROYO, 2007), que subsidiarão a construção do Projeto Político Pedagógico das Licenciaturas em Educação do Campo.

As LEoCs tem início em 2007 com quatro experiências-piloto desenvolvidas pelas Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), mediante a criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em

Educação do Campo (Procampo). A partir das experiências-piloto, em 2008 e 2009, o MEC lançou editais para que mais universidades também pudessem ofertar a Licenciatura, porém como projeto especial de turmas únicas. Em 2012, a partir da pressão dos movimentos sociais do campo, foram conquistados 42 cursos permanentes dessa nova graduação em todas as regiões do país (MOLINA, 2017).

Segundo Villas Bôas e Pereira (2019), a Educação do Campo tem uma herança histórica baseada em quatro pedagogias fundamentais para a formação de educadores do campo: a Pedagogia Socialista, a Pedagogia da Alternância, a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia do Movimento. Ainda de acordo com os citados autores, a Educação do Campo é uma práxis fundamentada, que tem o trabalho, a luta, a história e a memória, a cultura e a auto-organização como princípios educativos centrais, e tem o propósito de contribuir para que os educadores do campo em formação se “reconheçam como fazedores da história e atuem como portadores das sementes do futuro, compreendendo o mundo em suas contradições e possibilidades, a partir do enfoque da ciência, da arte e da técnica, em perspectiva crítica” (VILLAS BÔAS; PEREIRA, 2019, p. 76).

trabalhamos com o pressuposto de que a arte não apenas retrata o real como ele supostamente é, ela pode evidenciar em termos estéticos que o real é um construção histórica, não natural, mas política, por isso pode fazer mais do que informar dentro das fronteiras previstas pelo universo da ideologia, ela pode formar, apontando algo que está além do sistema instituído, como uma força desestabilizadora do real, que sugere a possibilidade paradoxal de construirmos uma memória do futuro, a partir da releitura do passado e da elaboração de uma perspectiva antissistêmica decorrente do reconhecimento estrutural de contradições que se acumularam do passado ao presente. A arte permite a reorganização da experiência e de nossa capacidade de conferir sentido à dinâmica histórica na qual estamos inseridos (VILLAS BÔAS; PEREIRA, 2019, p. 81, grifos nossos).

A LEdoC, ao longo da sua caminhada e consolidação na UnB, propôs uma rica articulação entre ensino, pesquisa e extensão,

articulando uma significativa inserção dos próprios estudantes como pesquisadores e extensionistas em suas comunidades rurais. Essas práticas têm mostrado que as ações formativas postas em curso pelas LEdoCs vêm conseguindo avançar não só no sentido de promover a contextualização dos conteúdos, mas, muito mais que isso: no sentido de articular teoria e prática, “integrando em uma mesma totalidade de trabalho pedagógico não somente disciplinas ou conteúdos entre si” (CALDART, 2010, p. 131), mas principalmente “articulando estudo e práticas sociais, fundamentalmente práticas de trabalho e de organização coletiva dos estudantes, totalidade inserida na luta pela criação de novas relações sociais na formação omnilateral dos trabalhadores que lhe corresponde” (CALDART, 2010, p. 131).

Nesse sentido, é importante destacar a prática pedagógica desenvolvida nos processos educativos e formativos do programa de extensão universitária “Terra em Cena”, que articula as linguagens do teatro e do audiovisual. Esse projeto, cujo breve histórico será apresentado logo mais, desenvolve diversas ações formativas tanto no Tempo Universidade (TU) como no Tempo Comunidade (TC), o que possibilita articular a formação inicial e contínua dos educadores do campo, qualificando ainda mais as práticas docentes nas escolas e comunidades do campo como práxis potencializadora do trabalho pedagógico e estético e a sua contribuição com a Cultura como matriz formativa na LEdoC da UnB.

Em 2010, inaugura-se o projeto de extensão “Terra em Cena” da LEdoC, da Faculdade UnB Planaltina (FUP), em que foi constituído um coletivo de formadores e multiplicadores com estudantes do próprio curso, articulando o TU e o TC na perspectiva de atuarem em seus territórios, coordenando as oficinas e o processo de montagem de peças, “com a finalidade de fomentar um processo de complementação da formação dos educadores do campo frente à linguagem teatral, um dos componentes disciplinares da área de habilitação em Linguagens” (VILLAS BÔAS; CAMPOS; PINTO, 2017, n. p.).

Em 2014, a troca de experiências com outros grupos que desenvolvem trabalhos articulando teatro e audiovisual, bem como a possibilidade de experimentações com a produção audiovisual contribuíram para emergir no horizonte estratégico do Terra em Cena a necessidade de agregar ao trabalho teatral a linguagem audiovisual. Segundo Villas Bôas e Pinto (2019, p.87), isso se

pretendia não apenas como uma linha acessória de registro do trabalho teatral, mas como uma forma de expressão estética, um trabalho importante de disputa no campo ideológico e de tentativa de abrangência de um público maior do que aquele permitido pela ação teatral. Como programa de extensão, o Terra em Cena, com foco nas duas linguagens, o teatro e o audiovisual, ganha uma nova proporção na LEdoC.

Para além da sala de aula, no trabalho com audiovisual e teatro da Educação do Campo – experimentado, por exemplo, no Programa de Extensão Terra em Cena – percebemos as vertentes articuladoras da relação entre legado estético, histórico e as experiências em desenvolvimento nos movimentos sociais, coletivos de Teatro Político e Vídeo Popular e nas escolas do campo. Assumir como força produtiva as experiências de fusão entre educação e comunicação popular com as linguagens artísticas, nos leva a reconhecer as aproximações da arte, cultura, comunicação e educação com as formações estética e política, associadas à organização social. Sendo assim, há um esforço de retomar a história do teatro e do audiovisual construído nas lutas sociais, o que dá um lastro às experiências recentes capaz de colocá-las em conexão com os desafios do tempo presente (VILLAS BÔAS; GONÇALVES, SILVA, 2019, p. 5).

Nesse sentido, a proposta da práxis pedagógica do programa Terra em Cena e das disciplinas do Núcleo de Estudos Específicos³ (NEE) da docência em Linguagens integra um conjunto grande de disciplinas teóricas e práticas contidas na matriz curricular da LEdoC/UnB, segundo o PPPC do curso (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018, p.103), com intuito de formar educadores aptos na linguagem teatral e audiovisual.

A composição das disciplinas de teatro e audiovisual para a formação de professores da área de Linguagens é articulada por meio do estudo das influências da indústria cultural e da análise

³ O Núcleo de Estudos Específicos se desdobra em três eixos: docência por área de conhecimento, gestão de processos educativos escolares e gestão de processos nas comunidades, cada um desdobrado em áreas (que podem ser áreas de conhecimento ou áreas temáticas) e cada área a ser desdobrada em componentes curriculares.

entre as esferas da cultura, da política e da economia, tanto na universidade como em outros espaços. Sendo assim, o trabalho prático com as linguagens permite o desdobramento de metodologias interdisciplinares e a confrontação com os padrões hegemônicos de representação da realidade (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018, p. 29).

Essas duas potentes experiências curriculares fortaleceram a dimensão da formação na área de Linguagens no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão na LEdoC/UnB e potencializaram a práxis pedagógica e educativa com a articulação entre as linguagens teatral e audiovisual do próprio curso de Educação do Campo, e do projeto Terra em Cena, que demonstram as potencialidades do trabalho, de forma interdisciplinar, como contribuintes na consolidação da cultura política como matriz formativa da LEdoC.

Compreendemos ser necessário destacar alguns resultados conquistados pela organização coletiva e pela práxis social vivida nestes processos formativos por entendermos que tais resultados reforçam nossa tese da cultura como matriz formativa na LEdoC, pois, conforme apontam Villas Bôas e Pereira (2019), eles se traduzem em: 1) formação de grupos de Teatro Político nas comunidades do campo; 2) realização de Mostras Terra em Cena e na Tela: produção teatral e audiovisual da Educação do Campo; 3) fortalecimento das parcerias com os coletivos de Teatro Político no Brasil; 4) participação em encontros latino-americanos de Teatro Político; 5) realização do II Seminário Internacional de Teatro e Sociedade na FUP/ UnB; 6) criação do Grupo de Pesquisa “Terra em Cena: teatro, audiovisual e Educação do Campo”; 7) criação e produção de cinco episódios do Programa de TV Revoluções; 8) criação da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do DF (ETPVP – DF).

Ao levar em consideração essa perspectiva sobre o impacto que a arte e a cultura expressam no processo de formação de educadores do campo, Villas Bôas e Pereira (2019, p. 65) afirmam que as “perspectivas de trabalho educativo com a arte política marcam tanto os produtos como os processos de produção cultural, formando o elemento basilar da construção de uma cultura política democrática, convergente com o poder popular”.

A área de linguagem da LEdoC objetiva promover uma “formação estética e política dos educadores para que eles sejam capazes de desmistificar os sentidos hegemônicos das obras e dos

programas por meio da compreensão da relação dialética entre forma estética e forma social” (CORRÊA et al., 2011, p. 188), e a partir dessa compreensão crítica possam ser construtores da própria realidade e sobre ela intervir, no sentido de sua transformação social.

Assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem nenhum sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto pra mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido, por causa disso é que os sentidos do homem social são sentidos outros que não os do não social, é apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade humana subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam sentidos capazes, sentidos que se confirmam como forças sociais humanas, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra, o sentido humano, a humanidade dos sentidos, vem ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui (MARX, 2004, p.110).

Na formação de educadores do campo, os sentidos são aguçados em todo o processo formativo com as linguagens artísticas trabalhadas no componente Arte, na área de Linguagens. Logo, a arte e a política com base na cultura materialista e no marxismo que desenvolve uma perspectiva teórica da natureza do homem e do seu desenvolvimento sócio-histórico, podem mediar e formar uma ação contra-hegemônica por meio da consciência política e estética.

Aqui, relacionaremos os processos pedagógicos da turma pesquisada com as principais categorias epistemológicas que pautam

a Cultura Política como práxis educativa e social na matriz curricular da LEdoC e suas aprendizagens adquiridas no processo formativo e suas consequências na autogestão e na elevação da consciência por meio da educação omnilateral.

Entre as principais atividades desenvolvidas pela turma ressaltamos a ocupação da Faculdade UnB Planaltina em 2016. À época, o País passava por mais uma crise política que já anunciava o atual golpe parlamentar, jurídico e midiático que vivenciamos. Houve uma grande mobilização nacional por parte dos estudantes de ensino médio, que alcançou os Institutos Federais e as universidades públicas, no movimento contra a Proposta de Emenda Constitucional 241, que limitou os gastos públicos, principalmente, na área da Educação e da Saúde e contra a Medida Provisória 241/2016 que propôs a reforma do ensino médio e flexibilizou o currículo desse nível de ensino, retirando de seu rol de disciplinas obrigatórias os conteúdos de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia.

No Distrito Federal, a Faculdade UnB Planaltina foi a primeira a ser ocupada. Nesse campus da UnB, foram realizadas reuniões prévias e foi decidido a ocupação da Faculdade pelos quatro cursos nele existentes (Ciências Naturais, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental e Educação do Campo), que durou dois meses. Nesse período de duração da OcupaFUP, a Turma Ganga Zumba da LEdoC, que estava em TU, teve uma grande importância na atuação da organização política-pedagógica-cultural da ocupação, bem como nas propostas de sua organicidade, responsabilizando-se pelo planejamento e pela execução dos tempos de formação ocorridos durante a ocupação da FUP, pelas aulas públicas que ocorreram nesse período, e até mesmo pela gestão da infraestrutura do espaço do campus, como a limpeza dos espaços físicos da instituição, da cozinha coletiva dos ocupantes, demonstrando a autogestão dos estudantes.

Já em 2017, a turma Ganga Zumba produziu o quarto episódio do Programa Revoluções - Luta pela Terra. Esse episódio do programa teve como pauta e mote central, a resistência camponesa, indígena e quilombola em torno das retiradas de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, e do aumento da violência e da repressão policial após o golpe parlamentar-jurídico-midiático o que evidenciou a violência do agronegócio com o apoio do Congresso Nacional que aprovou medidas que precarizam a vida do povo brasileiro. O Programa Revoluções expõe as contradições sociais

e revela a força da organização e da resistência popular. Foram produzidos cinco episódios⁴ com temáticas que retratam a atual e histórica conjuntura do País e que foram exibidos da TV Comunitária de Brasília, gerida por ativistas de diversos movimentos sociais e por lideranças acadêmicas, da música, da arte e da literatura da capital do País.

Dito isso, o acúmulo e a práxis pedagógica das disciplinas de teatro e audiovisual e a atuação no Terra em Cena se viram “diante do desafio de articular a experiência teatral com a pesquisa em linguagem audiovisual no formato televisivo” (VILLAS BÓAS; CAMPOS; PINTO, 2017, n. p.).

Outra experiência importante da turma, que ocorreu no curso das duas últimas disciplinas em audiovisual, foi a realização de projetos experimentais de vídeos em cujos processos de elaboração, colocou-se o debate e a reflexão sobre as ameaças às Universidades e à permanência dos estudantes na graduação, com o início dos cortes de bolsas, provenientes da PEC do teto de gastos, como é popularmente conhecida. No processo de auto-organização coletiva, a turma decidiu produzir vídeo-cartas⁵ que denunciassem a perda de direitos conquistados. Nesse processo formativo com o audiovisual, após leitura coletiva das cartas, foram escolhidas duas como material para os vídeos com o objetivo de que esses materiais chegassem ao maior número de pessoas da universidade e de suas comunidades, retratando os dilemas sofridos. Assim, produziram-se dois processos experimentais de vídeos cartas.

Nessas práticas pedagógicas, observamos o caminho de socialização dos meios de produção audiovisuais junto à articulação com as outras disciplinas da área de Linguagem, como a linguística, no exercício da produção da escrita das cartas, o teatro, na interpretação cênica para o vídeo, e o acúmulo dos debates sobre indústria cultural e os padrões hegemônicos de representação da realidade, em que a turma buscou outras formas estéticas para se auto representarem por meio do audiovisual.

4 Episódio – Ocupações em: <https://www.youtube.com/watch?v=bq8zLyKM4lV&t=3s>

Episódio – Doutrina do Choque em: <https://www.youtube.com/watch?v=nuwlsk7VBRBo&t=13s>

Episódio – Feminismo em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjxrlVDOCTE&t=27s>

Episódio – Luta pela terra em: <https://www.youtube.com/watch?v=2kq5sMOqhf&t=233s>

Episódio – Luta contra o racismo em: https://www.youtube.com/watch?v=-_dFXgMCHKM&t=21s

5 Vídeo Carta 1, ver em <https://www.youtube.com/watch?v=GZW3l216oaQ>

Vídeo Carta 2, ver em <https://www.youtube.com/watch?v=18VQMCidg>

Outro experimento realizado pela Turma Ganga Zumba foi a construção do Jornal “Poder Popular” que tem o objetivo de contribuir no processo de informação, formação e organização social contra hegemônica dos estudantes e das comunidades em que eles vivem e atuam e proporcionar a comunicação dos estudantes da LEdoC com a comunidade acadêmica da UnB.

A produção do Jornal “Poder Popular”, articula vários elementos dos múltiplos letramentos e da interdisciplinaridade entre os componentes da Linguística e das Artes, na busca de construir um meio de resistência e de luta ao utilizar essa ferramenta para dialogar com as comunidades e movimentos dos sociais na disputa de uma comunicação contra hegemônica e auto-organização dos estudantes na articulação de TU e TC da LEdoC.

Em julho de 2018, aconteceu o Encontro Nacional 20 anos da Educação do Campo e do Pronera, na UnB. O debate foi entorno da crise atual vivida no Brasil e o acirramento da luta de classes e a retiradas de direitos fundamentais da classe trabalhadora, sobretudo, no âmbito da educação com o projeto “Escola sem partido” e o fechamento das escolas do campo.

Para a ocasião, a Turma Ganga Zumba ficou responsável por elaborar e apresentar a mística de abertura do encontro, a fim de reivindicar e refletir sobre as condições materiais vividas por seus sujeitos, fazendo um elo entre o passado e futuro que passa pela ação no tempo presente. A turma criou o roteiro coletivamente do passo-a-passo da mística, com encenação teatral, recusos audiovisuais, música e poesia.

No último componente de Teatro - Processo Experimental 2, com a turma Ganga Zumba, objetivou-se dar continuidade e complementar o trabalho com o processo teatral. Foi assim que a turma montou, como forma de experimentação, a peça “Mundo Enterrado”, do dramaturgo Vianinha do CPC. A turma vivenciou as diversas fases do processo produtivo de um trabalho teatral, compreendendo a técnica da linguagem, aprimorando sua formação de professores de área de Linguagens aptos para o trabalho com o teatro na escola e nas suas comunidades. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018, p.239).

Como dito, para a consolidação de um processo de formação e atuação com a turma Ganga Zumba, pensar a relação entre arte e política contrapondo as formas ideológicas das relações de produção, o professor da LEdoC, Rafael Villas Bôas⁶ em entrevista verbal

6 Entrevista concedida a autora, 2019.

(2019) afirma que a peça é uma estrutura épica, que, por meio do teatro, expõe um processo econômico e político em relação do poder imperialista sobre a periferia e como se estabelece essas relações no campo da indústria petrolífera. A peça é um trabalho direto com uma dramaturgia consolidada e tem um tema complexo, o petróleo, sendo que a turma faz uma leitura dramática, tentando entender e interpretar os personagens, sem expectativa de montagem, mas como um processo experimental e estético.

Ainda, vale ressaltar que no processo de construção da peça pela turma, o educando Júnior Ant’Cistema, compositor e rapper, morador do Assentamento Itaúna em Planaltina de Goiás, escreveu a música “Mundo enterrado” associando a peça da década de 1960 com a conjuntura política atual, trazendo uma análise crítica em forma de verso sobre a questão do petróleo no Brasil, o governo Michel Temer, o processo de golpe formalizado no impeachment dado na Presidenta Dilma Rousseff e uma releitura do processo das eleições de 2018 para a candidatura do atual governo de Jair Bolsonaro. A partir desses elementos na montagem da peça pela turma, percebemos as etapas da construção dos aprendizados e o acúmulo político adquirido no processo da práxis formativa na turma Ganga Zumba.

Portanto, conforme afirma Schlesener (2007), sobre o estudo da hegemonia e a cultura em Gramsci, compreendemos que

[c]rítica política e crítica estética são, pois, atividades distintas: a arte possui um conteúdo político à medida que é expressão de um momento e suas contradições, traduz os diversos sentidos vividos na sociedade, aponta diferenças, contesta, recria; mas possui significado estético, uma linguagem própria, que não pode ser adaptada às necessidades e exigências políticas de um determinado partido ou poder constituído (p. 59).

As experiências abordadas neste artigo são apenas algumas das ações e produções estéticas que foram desenvolvidas durante o processo de formação de educadores do campo egressos da turma Ganga Zumba. O processo de socialização dos meios de produção pautado pela práxis educativa dialoga diretamente com a realidade dos povos do campo e permite que seus sujeitos se representem perante ao mundo e apresentem as “particularidades das dinâmicas de vida, inseridas na totalidade da dinâmica sistêmica” (VILLAS

BÔAS; PEREIRA, 2019, p.90), numa relação dialética entre forma estética e forma social.

Como o nosso objetivo é compreender a Cultura como matriz formativa na Licenciatura em Educação do Campo da UnB, buscamos observar as potencialidades do trabalho com o Teatro Político e o Vídeo Popular, as suas contribuições para o práxis formativa e a elevação dos níveis de consciência dos educadores do campo da Turma Ganga Zumba, acompanhando as ações educativas por eles desenvolvidas com estas linguagens, tanto no TU como no TC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, no processo de estudo, que a reflexão sobre Cultura é ampla e têm diversas correntes historicamente construídas. Nossa compreensão foi à luz da cultura materialista, que pauta a concepção de Cultura Política e a construção da contra-hegemonia pela classe trabalhadora organizada, contrapondo-se a estrutura hegemônica de organização do capitalismo, produtor das desigualdades sociais e da luta de classes.

Observamos, também a importância do legado dos movimentos sociais e culturais do Brasil na década de 1960, que, mesmo tendo suas ações interrompidas pela repressão durante a ditadura militar de 1964, nos deixaram a herança das formas organizativas e a experiência de socialização dos meios de produção artísticas com possibilidade de abrangência nacional, por meio de intervenções práticas e teóricas, consolidando um outro paradigma, considerando a Cultura como centralidade no processo organizativo da classe trabalhadora. E igualmente, o acúmulo e atuação do MST no âmbito da Cultura e da Educação com métodos de organização social, formação política e práxis formativas que sedimentam a luta pela socialização da terra e contribui na construção de ferramentas na disputa no campo das ideias e da prática para a construção do poder popular.

Tais esforços geraram desdobramentos na criação do Movimento da Educação do Campo no final dos anos 1990, uma junção de vários movimentos sociais e instituições públicas que uniram-se para pensar a práxis social e as especificidades do campo e defender políticas públicas para a Educação do Campo. É importante, neste trabalho, o reconhecimento da atuação dos sujeitos políticos e dos intelectuais orgânicos na construção da Educação do Campo

para além do ensino básico, mas nas esferas da graduação e pós graduação na formação de educadores do campo.

Essa concepção de formar educadores do campo levou à criação das LEdoCs em diversas universidades brasileiras, articuladas com os movimentos sociais camponeses. Ao ver esse conjunto de ações contra-hegemônicas na luta pela redução das desigualdades no direito à Educação do Campo, percebemos que a LEdoC da UnB tem papel relevante nessa construção.

Diante disso, passamos para as considerações observadas a partir da área de habilitação em Linguagens considerando as potencialidades do trabalho com o teatro e audiovisual por meio das compreensões acumuladas através desta pesquisa e das entrevistas com os educadores do campo da turma Ganga Zumba, formados na LEdoC da UnB.

É necessário pontuar o avanço na nova reestruturação do PPPC da LEdoC de 2018 em relação à estrutura da matriz curricular e às áreas de habilitação oferecidas: oficialmente, a LEdoC da UnB passa a ofertar três áreas de conhecimento, especificamente, as habilitações em Artes, Literatura e Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza.

Outra ampliação importante no PPP do curso foi a substituição da linguagem musical pelas artes visuais e artes do vídeo, no componente curricular da área de Linguagens. A LEdoC já desenvolvia trabalhos pedagógicos com essas linguagens, por meio de projetos como o de "Formação de Educadores do Campo para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, para análise e produção audiovisual e trabalho com juventude rural no Centro Oeste", realizado em 2013, e, também, com exibições de filmes com análises críticas sobre as influências da Indústria Cultural, confrontando os padrões hegemônicos de representação da realidade. Portanto, essa mudança se adequa à formação com os múltiplos letramentos que a área de Linguística, Literatura e Artes já desenvolve, enriquecendo-a com a possibilidade de trabalho com as artes visuais e com o audiovisual (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018, p. 28).

Percebemos também que os processos de conhecimento, produção e socialização dos meios de produção teatral e audiovisual alcançados na formação de educadores do campo na Licenciatura em Tempo Universidade tem continuidade no Tempo Comunidade, por meio do Programa de Extensão Terra em Cena. Este Programa de Extensão envolve não apenas os educandos da LEdoC mas

a juventude que vive nos territórios do Quilombo Kalunga e das comunidades camponesas. Por consequência dessa aproximação, mais jovens destes território são incentivados a ingressar na universidade, na própria LEdoC ou em outros cursos de graduação.

Entretanto, notamos que a experiência com o audiovisual com a turma Ganga Zumba demonstra, entre as suas potencialidades e desafios, a existência de limitações, por exemplo, a dificuldade de acesso de equipamentos de captação de imagem, som e edição, disponíveis para os alunos desenvolverem produções audiovisuais em suas comunidades. Por outro lado, os alunos têm experiências comunitárias e em sala de aula com sessões de exibição de filmes e debate, nas quais são analisados esteticamente a narrativa e a forma destes filmes, e, assim, causam o interesse de pesquisa e sistematização sobre este tema em Trabalhos de Conclusão de Curso da LEdoC. Este processo contribui com a promoção da ruptura da relação espectador/consumidor e os educandos passam a se reconhecerem enquanto produtores dessa linguagem, a partir do entendimento de que o audiovisual interfere na formação de educadores do campo no âmbito pedagógico, comunicacional, estético e político com o uso dessa ferramenta.

Outra questão observada na análise das entrevistas e em nossa reflexão sobre a compreensão de Cultura Política pelos egressos da LEdoC é que, em um primeiro momento, os educandos associam Cultura Política com expressões culturais e com o fortalecimento da identidade quilombola e camponesa. Porém, avaliamos que o sentido de Cultura Política é apropriado também subjetivamente na maioria dos discursos. Percebemos, por exemplo no diálogo, que o entendimento sobre a Cultura Política reside no debate localizado na intersecção das questões de classe, raça e de gênero.

Nesse sentido, a Cultura Política como matriz formativa da LEdoC da UnB possibilita e tem grande potencial para desencadear processos de práxis social pelos egressos, seja na atuação com as linguagens artísticas, seja no reconhecimento enquanto sujeitos políticos e/ou na auto-organização e no trabalho coletivo como princípios educativos desenvolvidos por meio da Pedagogia da Alternância, tanto nos espaços formativos de Tempo Comunidade quanto de Tempo Universidade.

Tais reflexões nos levam a considerar o trabalho desenvolvido na área de habilitação em Linguagens como extremamente significativo,

pois potencializa a sensibilização dos sentidos humanos, e contribui com a geração de uma cultura política de debate e intervenção na realidade, avançando na construção da contra-hegemonia.

Assim, a Alternância; a formação por Área de Conhecimento; a matriz curricular ligado à realidade; o trabalho coletivo; a auto-organização dos estudantes; a interdisciplinaridade e os múltiplos letramentos; a Cultura Política e a relação Teoria e Prática, compõem os princípios pedagógicos da Educação do Campo, que, articulados no processo formativo dos educadores camponeses incorporam as ações contra-hegemônicas na perspectiva da Epistemologia da Práxis e da Educação Omnilateral (FRIGOTTO, 2012, p. 265). Esses princípios, articulados, contribuem para o processo de formação humana e integral, considerando-se todas as dimensões da condição humana, objetivas e subjetivas no desenvolvimento histórico da humanidade.

A partir do objetivo geral de refletir sobre a Cultura como matriz formativa na LEdoC da UnB, a partir dos trabalhos estéticos-artísticos realizados durante o processo de formação dos educadores do campo egressos da turma Ganga Zumba e potencializados com os trabalhos com o Teatro e Audiovisual, afirmamos que as produções simbólicas de caráter contra-hegemônico criadas na Educação do Campo contribuem para a elevação dos níveis de consciência; o fortalecimento da identidade dos educadores em formação e possibilitam ações de intervenção e auto-organização por meio práxis social e cultural, tanto nas escolas do campo onde estes educadores atuam, como nas comunidades onde residem.

Por fim, ampliar e consolidar os processos formativos com as linguagem teatral e audiovisual na Educação do Campo, com crítica estética e política, significa, em caráter de urgência, contribuir para uma necessidade mais ampla, que é a construção de uma Cultura Política emancipadora e uma educação omnilateral junto aos povos do campo, na construção da justiça social, da hegemonia da classe trabalhadora e da transformação radical da sociedade pela conquista do poder popular.

Em síntese, vale ressaltar que o trabalho com o Teatro Político e o Vídeo Popular permite a análise crítica dos processos de hegemonia por meio de múltiplas linguagens, o que proporciona uma outra forma de letramento estético e político, e contribui com a auto-organização e o trabalho coletivo da juventude camponesa em

formação nas LEdoCs. Esse processo oportuniza ainda o envolvimento da comunidade e da juventude em uma outra forma de leitura de mundo, enseja uma ruptura na relação entre espectador, consumidor e produtor de cultura, permite o fortalecimento das identidades e uma interferência na realidade por meio da crítica estética e política, além de se tornar uma força na trincheira da defesa da Educação do Campo e da democratização do ensino e da relação com os movimentos sociais. Esses movimentos fazem com que os educadores do campo em formação saiam do senso comum e tenham elementos de uma consciência filosófica na construção de homens e mulheres da luta cotidiana.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Caderno Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio-ago. 2007.
- BERLINCK, M. T. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984.
- BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.
- CALDART, R. S. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? *In*: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir de experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-121.
- CALDART, R. S. **Sem-Terra com Poesia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987.
- CALDART, R. S. **Desafios à transformação da forma escolar**. *In*: CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para a transformação da escola**: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.129-154.
- CORRÊA, A. L. *et al.* Estética e Educação do Campo: movimentos formativos na área de habilitação em Linguagens da LEdoC. *In*: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir de experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 179-210.
- COSTA, I. C.; ESTEVAM, D.; VILLAS BÔAS, R. L. **Agitprop: Cultura Política**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- COSTA, I. C. **O Agitprop e o Brasil**. *In*: ESTEVAM, D.; COSTA, I. C.; VILLAS BÔAS, R. L. (orgs.). AGITPROP: Cultura Política. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 19 - 34.
- FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 359-365.
- GRAMSCI, A. **1891-1937. Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, n. 51, p. 341-359, jun. 2013.
- MARTINS, C. E. História do CPC – Depoimento de Carlos Estevam Martins. **Arte em Revista**, v. 2, n. 3, p. 77-82, mar. 1980. Disponível em http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/depoi.carl_este_.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- MARX, K. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos** - Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MENDONÇA, S. R. Estado. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 347-353.
- MOLINA, M. C. *et al.* A experiência em construção da relação da UnB com os Movimentos Sociais do Campo. In: KOLLING, E. J. *et al.* (orgs.). **Movimentos populares e Universidades**. São Paulo: Outras Expressões, 2018. p. 129.145.
- MOLINA, M.C. **Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores**. Educ. Soc., 38 (140), p. 587-609, 2017.
- MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 585-594.
- MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Licenciatura em Educação do Campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 466-472.
- MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR. **Estatuto**. Pernambuco: Cartório 2. Ofício – Registro Especial de Títulos e Documentos, 1961. Disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/estatuto_mcp.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.
- SILVA, G. A. **Cultura como matriz formativa na Licenciatura em Educação do Campo da UnB: potencialidades do trabalho com o Teatro Político e o Vídeo Popular**. 2019. Dissertação (Mestrado) 'Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2019.
- SCHLESENER, A. H. Hegemonia e cultura: Gramsci. 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- SIMIONATTO, I. **O Social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.
- TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 178-186.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FACULDADE UNB PLANALTINA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo**. Planaltina, DF, 2018.

Cultura como Matriz Formativa na... - *Monica Castagna Molina*

VILLAS BÔAS, R. Litvin.; GONÇALVES, F. C.; SILVA, A. G. **Linguagens Artísticas e Escola da Terra: da Formação Continuada de Professores às possibilidades de Intervenção em Escolas Do Campo.** 2019. (Mimeo)

VILLAS BÔAS, R. Litvin.; GONÇALVES, F. C.; SILVA, A. G. Educação do Campo, questões estruturais brasileiras e Formação de Professores. *In:* MOLINA, M. C.; SÁ, L. M (orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo:** registros e reflexões a partir de experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 307-318.

VILLAS BÔAS, R.; PEREIRA, K. Formação estética e organização social. **Conhecer:** debate entre o público e o privado, Cidade, v. 9, n. 23, p. 63-93, 24, jun. 2019. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1041>. Acesso em: 22 set. 2019.

VILLAS BÔAS, R. **Expressões contra-hegemônicas da Cultura Política em dois tempos históricos:** TEN, MCP, CPC e MST – Marcas do trauma, legado e perspectivas contemporâneas. 2018. 117f. Tese (Pós-Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VILLAS BÔAS, R.; CAMPOS, S; PINTO, V. Terra em Cena e na Tela. **Revista Arte ConTexto**, Porto Alegre, v. 4, n. 12, mar. 2017. Disponível em http://artcontexto.com.br/artigo-edicao12_rafael-sheila-viviane.html. Acesso em: 20 ago. 2019.

WEBER, S. **Política e Educação: O Movimento de Cultura Popular em Recife.** **Revista de Ciências Sociais**, v. 27 n. 2, p. 233-262, 1984. Disponível em http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Silker_Weber.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade -1780-1950.** Trad. Léonidas H.B Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo.** São Paulo, Editora UNESP, 2011.

Submetido em 15 de julho de 2020

Aceito em 13 de setembro de 2020

Publicado em 01 de dezembro de 2020

